

# Colegiado de Gestão da Fepecs

## Ata da 15ª Reunião Ordinária

1 Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, às nove horas e quarenta  
2 e quatro minutos, na Sala Multiuso da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da  
3 Saúde-Fepecs, localizada no SMHN, Quadra 03, Conjunto A, Bloco 01, ed. Fepecs, em  
4 Brasília-DF, deu-se início à décima quarta Reunião Ordinária do Colegiado de Gestão  
5 da Fepecs, com a presença dos membros: **Ena de Araújo Galvão/ETESB, Leonora  
6 de Araújo Pinto Teixeira/CCE, Lidiane Maia dos Santos/BCE e da Coordenadora  
7 Gislene Regina de Sousa Capitani/DE** que presidiu os trabalhos. Convidada: Paula  
8 Francinete Vieira Pimentel/CODEP. Iniciados os trabalhos, foi justificada a ausência de  
9 Berardo Augusto Nunan/CG/DE, por motivo de férias, de Anderson Cardoso de  
10 Araújo/PROJUR, Carlos Augusto de Medeiros/ASPE e Maria Dilma Alves  
11 Teodoro/ESCS, por terem outro compromisso, e de Maria Arindelita Neves de  
12 Arruda/CODEP. **1. Informes – a)** A Dra. Gislene informou que a Secretaria de Saúde  
13 do Distrito Federal foi acionada pelo Gabinete do Governador para verificar a  
14 possibilidade de colaborar nos processos de complementação de carga horária dos  
15 brasileiros formados em medicina no exterior. Explicou que brasileiros formados em  
16 medicina na Argentina, México, Cuba, Bolívia, Venezuela, por exemplo, retornam ao  
17 país e participam de dois processos de avaliação visando à validação do diploma. O  
18 Ministério da Saúde em parceria com o Ministério da Educação, dispõem do Projeto  
19 Revalida, onde os interessados são submetidos a uma avaliação anual, caso obtenham  
20 aprovação na prova teórica são submetidos à uma prova prática, cuja aprovação  
21 garante a revalidação do diploma. Este sistema teve início no ano de 2010, quando  
22 dos mais de 600 inscritos, apenas 20 candidatos foram aprovados. Em 2011, dos 700  
23 candidatos inscritos, a aprovação foi um pouco maior em relação ao ano anterior, mas  
24 um quantitativo ainda muito baixo. Por esse motivo, está em discussão, inclusive com a  
25 participação da Presidenta Dilma, se os critérios utilizados no Projeto Revalida são  
26 inadequados à avaliação da aprendizagem adquirida no exterior ou se o ensino  
27 oferecido no exterior tem qualidade inferior à disponibilizada no Brasil. Continuando,  
28 disse que, além desse, existe outro sistema de avaliação, para o qual a Escola  
29 Superior de Ciências da Saúde-ESCS foi convidada a participar. Conforme previsto na  
30 Lei de Diretrizes de Bases-LDB e na Resolução do Conselho Nacional de Educação as  
31 universidades brasileiras públicas federais e estaduais, podem, enquanto instituições  
32 autônomas que são, realizar processo de revalidação de diploma. Citou que uma das  
33 universidades é a Universidade Federal da Paraíba, que a princípio, aplica prova, onde  
34 os aprovados recebem a revalidação do diploma e os reprovados têm seus currículos  
35 submetidos a um processo chamado de equivalência, ou seja, o currículo do candidato  
36 é comparado com o currículo da Universidade da Paraíba, identificando-se, desta  
37 forma, quais são as matérias e a carga horária carecem de complementação para  
38 revalidação do diploma. Prosseguindo, disse que aproximadamente seis interessados,  
39 nessa situação, procuraram a Diretoria Executiva da Fepecs solicitando autorização  
40 para realizarem internato na SES-DF. Por esse motivo, o Carlos/ASPE, a Dra.  
41 Dilma/ESCS e o Dr. Paulo/CCM, estão, nesta data, em João Pessoa-PB para  
42 conhecerem melhor o sistema utilizado pela Universidade e, se for o caso, a Fepecs  
43 então firmará convênio com o objetivo de conceder internato aos interessados

# Colegiado de Gestão da Fepecs

## Ata da 15ª Reunião Ordinária

44 encaminhados por aquela Universidade, para que, após conclusão do internato, a  
45 universidade possa emitir a revalidação do diploma. **b)** Com relação aos convênios  
46 firmados com instituições privadas de ensino disse que, em agosto/2012, a Fepecs  
47 publicou no Diário Oficial do Distrito Federal, uma Ordem de Serviço com os valores  
48 estipulados pela CODEP/Fepecs, no ano de 2011, resultado de negociação com as  
49 Comissão de Integração Ensino Serviço-CIES e com as escolas, os quais foram  
50 divididos em R\$ 2,00; R\$ 4,00; R\$ 6,00; e R\$ 8,00, a serem pagos pelas escolas de  
51 forma escalonada até o ano de 2015. Além disso, a Ordem de Serviço também atribuiu  
52 esses mesmos valores da média complexidade para a alta complexidade, devido à  
53 dificuldade política de negociação do assunto. Porém, na segunda-feira passada, dia  
54 01.10.2012, foram publicadas no DODF, duas Portarias assinadas pelo Secretário de  
55 Saúde, referentes aos convênios firmados com as instituições públicas e privadas de  
56 ensino, sendo que a de nº 200, fixa o valor único de R\$ 2,00, e a Portaria nº 199, altera  
57 a Portaria nº 224, de 24.11.2011, em especial, no sentido de conceder ao Secretário de  
58 Saúde e Presidente da Fepecs, discricionariedade para decidir a destinação das  
59 contrapartidas dos convênios. Pedindo a oportunidade, a Leonora comentou que  
60 levando em conta a Portaria nº 199, disse que é necessário se preparar ou iniciar a  
61 debater sobre as dificuldades que a ESCS e a ETESB terão com relação aos cenários  
62 de ensino. Pois apesar de estar previsto na Portaria que as escolas mantidas pela  
63 Fepecs têm prioridade, na prática, os cenários têm maior interesse pelas escolas  
64 privadas, porque oferecem contrapartida, e, por isso, acabam boicotando os cenários  
65 das Escolas da Fepecs. A Diretora Executiva informou que até 24.11.2012 deverá ser  
66 feita a revisão da Portaria nº 224, ocasião em que a Fepecs apresentará sua proposta  
67 de alterações, incluindo a garantia dos cenários de interesse da Fepecs. Respondendo  
68 à Lidiane/Biblioteca, a Dra. Gislene informou que de acordo com a Portaria nº 224, a  
69 execução técnica educacional cabe à CODEP e a execução administrativa, no que diz  
70 respeito à execução orçamentária, é responsabilidade da CAO. Entretanto, a nova  
71 Portaria atribui também à CODEP a responsabilidade pela negociação com as  
72 instituições privadas, atividade anteriormente desenvolvida pela CAO. Esclareceu que  
73 assim como as Regionais a Fepecs deverá planejar a forma de utilização dos 20% de  
74 contrapartida prevista para ela. Todavia, de acordo com a Portaria nº 199, de  
75 28.09.2012, cabe, prioritariamente, ao Secretário de Saúde e Presidente da Fepecs  
76 definir a forma de utilização das contrapartidas dos convênios. **c)** Informou que pela  
77 primeira vez, o Secretário de Saúde participou de uma reunião do Conselho  
78 Deliberativo da Fepecs, realizada no dia 02.10.2012, oportunidade em que foi discutido  
79 sobre a proposta de nova estrutura da Fepecs e sobre o valor que a proposta  
80 representará. Atualmente, são gastos R\$ 161 mil/mensais com o pagamento dos  
81 cargos comissionados, a nova estrutura custará R\$ 450 mil/mensais, totalizando uma  
82 diferença de R\$ 315 mil/mensais. Na oportunidade, o Secretário disse conhecer e  
83 aprovar a ideia política da proposta e gostaria de discutir a responsabilidade dele como  
84 gestor, considerando que a aprovação passará pela junta orçamentária do Governo,  
85 composta pela Secretaria de Planejamento, Secretaria de Fazenda e Casa Civil. Disse  
86 ter simpatia pela proposta, mas ela implica em aumento de despesa, por outro lado, o  
87 Governo atual enfrenta dificuldades com seu orçamento. Exemplificando, citou que até  
88 o momento não foi liberada a quantia de R\$ 15 mil, para a estrutura específica do

# Colegiado de Gestão da Fepecs

## Ata da 15ª Reunião Ordinária

89 Curso de Graduação em Enfermagem/ESCS, por esse motivo, pretende utilizar cargos  
90 vagos da SES-DF para atender a esta demanda. Colocou que a SES ainda não  
91 preencheu, aproximadamente, 20% de seus cargos comissionados, tendo sido  
92 obrigada, por isso, a ceder alguns desses cargos vagos para criação da Secretaria da  
93 Copa do Mundo. Falou que naquele mesmo dia apresentaria a proposta para o Chefe  
94 da Casa Civil, e, de forma reservada, falou para a Dra. Gislene, que agendará reunião  
95 com o Governador para tratar do assunto. O Secretário também falou para os  
96 Conselheiros que está sendo verificada a possibilidade de revitalização da Fundação  
97 Hospitalar como um importante instrumento de gestão para a Secretaria, e também  
98 colocou sobre a possibilidade de ampliação do papel da Fepecs para contribuir com a  
99 SES na gestão de alguns níveis de atenção. Falou sobre a dificuldade de atender a Lei  
100 de Responsabilidade Fiscal, pois a SES precisa contratar um quantitativo enorme de  
101 pessoal para atender, por exemplo, as Unidades de Pronto Atendimento, que precisam  
102 de 320 profissionais, por unidade, e também as equipes de Saúde da Família. Depois,  
103 a Dra. Gislene falou que um dos Conselheiros do Conselho Deliberativo comentou que  
104 o custo de um aluno da ESCS é dez vezes menor em comparação com outras  
105 instituições de ensino do país. Após, a Diretora Executiva disse ter argumentado,  
106 naquela reunião, que não é impossível conseguir o valor da despesa da nova estrutura,  
107 pois, atualmente, são gastos R\$ 400 mil/mensais com o pagamento de docentes da  
108 ESCS, mas a SES gasta R\$ 1,4 milhão com a preceptoria, um programa que ainda não  
109 foi regulado. Mas considerando que está em andamento o trabalho de criação de  
110 carreira no qual a preceptoria será contemplada, esta situação será inevitavelmente  
111 analisada. Além disso, comentou que a Procuradoria Geral do Distrito Federal, a fim  
112 de responder um processo, acionou o Secretário Adjunto/SES, que para atender à  
113 PGDF, solicitou à Dra. Gislene a regulamentação da preceptoria. Por sua vez, foi  
114 informada pelo Dr. Dimas, só existirem portarias assinadas por Secretários de Saúde,  
115 ou seja, não existe lei ou decreto do Governador autorizando a criação de despesas  
116 com preceptoria. Dessa forma, a PGDF ordenou a elaboração de minuta de projeto de  
117 lei para regulamentar e corrigir a situação. **d)** Colocou que o grupo de trabalho  
118 responsável pela criação da carreira, formado por representantes da Secretaria de  
119 Administração, Secretaria de Planejamento e Secretaria de Saúde, do qual ela faz  
120 parte, suspenderam os trabalhos temporariamente, porque, após análise, consideraram  
121 que o resultado do trabalho realizado pelo grupo resultará em um ônus muito alto para  
122 o Governo do Distrito Federal. Mesmo assim, no que diz respeito à Fepecs, o trabalho  
123 continuará sendo feito até chegar ao produto final, que posteriormente então, deverá  
124 ser negociado política e economicamente. **e)** Respondendo à Dra. Paula/CODEP,  
125 disse que a reforma das salas de alguns setores da Fepecs, como da CODEP, por  
126 exemplo, ficará sobrestada até a nomeação do próximo Coordenador da CAO. **2.**  
127 **Ordem do Dia: item 1)** Passando à avaliação do Seminário: Fepecs em Mudança, a  
128 Diretora Executiva disse que noventa participantes efetivos, incluindo representantes  
129 de todos os setores, concluíram o Seminário. Em sua opinião, os grupos tiveram uma  
130 participação muito boa com relação aos quatro temas propostos: adequação da  
131 estrutura da ESCS e da Fepecs; carreira docente; montagem da democratização  
132 dentro dos colegiados e implantação da gestão para resultados. No momento, está  
133 sendo elaborado texto que dará subsídio à apresentação a ser feita no Congresso da

# Colegiado de Gestão da Fepecs

## Ata da 15ª Reunião Ordinária

134 ESCS, cuja abertura será no dia 16.10.2012. Estando prevista para os dias 17 e 18, a  
135 apresentação dos produtos do Seminário: Fepecs em Mudança. Por oportuno,  
136 informou que na próxima semana, de 11 a 14 de outubro de 2012, será realizado o  
137 Congresso de Educação Médica, em São Paulo, do qual provavelmente participará.  
138 Item 2) Sobre o Regimento Interno deste Colegiado, a Dra. Gislene fez a leitura integral  
139 da versão atual da minuta do Regimento Interno, e após discussão e entendimentos,  
140 foram feitas as modificações constantes de documento anexo. Não havendo nada mais  
141 a ser tratado, às onze horas e quinze minutos a reunião foi encerrada. E para constar,  
142 eu, Wilma Eva Batista e Silva, matrícula nº 133.403-4, lavrei a presente ata, que lida e  
143 aprovada, será assinada por mim....., e  
144 pelos membros presentes.

---

Gislene Regina de Sousa Capitani – *Coordenadora*

---

Anderson Cardoso de Araújo – *Membro/PROJUR*

---

Berardo Augusto Nunan – *Membro/Chefia de Gabinete*

---

Carlos Augusto de Medeiros – *Membro/ASPE*

---

Ena de Araújo Galvão – *Membro/ETESB*

---

Leonora de Araújo Pinto Teixeira – *Membro/CCE*

---

Lidiane Maia dos Santos – *Membro/BCE*

---

Maria Arindelita Neves de Arruda – *Membro/CODEP*

---

Maria Dilma Alves Teodoro – *Membro/ESCS*

---

Paulo Roberto Menezes Lima – *Membro/CAO*

Substituta:

---

Paula Francinete Vieira Pimentel/CODEP